

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

PROPOSTAS DE GOVERNO

O candidato Felicio Ramuth e o vice, Anderson Farias Ferreira, juntamente com a coligação “São José na Direção Certa”, apresentam as diretrizes que nortearão os planos de Gestão e de Ações a serem levados a efeito na próxima gestão – 2021 a 2024 - no Poder Executivo do Município de São José dos Campos.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que esta proposição fundamenta-se na continuidade da essência da Gestão que se encerra, o que se segue também lastreia-se, em síntese, nas mesmas diretrizes e eixos que ancoraram as atitudes e ações levadas a efeito. Os eixos continuarão sendo os de **SIMPLIFICAR, INOVAR, COMPARTILHAR RECURSOS** e **GESTÃO ABERTA**

Para que não se turve o que se propõe, as diretrizes serão repetidas e, no que couber, conterão as alterações necessárias para se adequar às novas contingências que se apresentam com respeito ao futuro.

Antes, porém, uma sintética reflexão diagnóstica sobre as circunstâncias atuais é necessária. E é isto que se apresenta em seguida.

2. DIAGNÓSTICO

O mundo contemporâneo e o que se vislumbra no médio e, possivelmente, no longo prazo, já foi descrito com caracterizado pela **Volatilidade**, pela **Incerteza**, pela **Complexidade** e pela **Ambiguidade** – **VUCA** ((sigla do inglês v= volatility; U= uncertainty; C=complexity; e, A= ambiguity).

Isso antes da pandemia de conhecimento geral. Esta acrescenta ao que já se sabia uma certeza: um depauperamento global, econômico e social, sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Para o Gestor Público isto resultará em duas ações estratégicas mais prementes: **empregabilidade** e **desenvolvimento econômico**. Como corolário destas, e tão urgente quanto, vem o **desenvolvimento do Capital Humano do Município**.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

Também é necessário considerar-se o que já está fincado para complementação e implementação no próximo período: ***Linha Verde e os veículos leves sob pneus VLP, Via Jaguarí, Via Esplanada, SCAAS - Cidade Inteligente e novo modelo de Transporte Público com a realização da nova licitação etc.***

As demais variáveis demandarão atitude, criatividade, experiência, perspicácia, coragem, sagacidade, familiaridade com a incorporação da tecnologia e com a máquina administrativa, senso de oportunidade, prontidão, muito trabalho, tenacidade, comando e coordenação.

É necessário, sem dúvida, planejamento – que será feito e cumprido, tanto quanto tem sido –, mas o que resultará em sucesso da Administração decorrerá fundamentalmente de como se associarão a este os atributos acima citados.

Do que já foi dado a conhecer é possível aquilatar a aderência desses predicados à Gestão que agora é concluída: ***Novo Hospital de Retaguarda, nova Iluminação Pública de LED em 100% da área urbana, UBS Resolve, novo modelo de credenciamento de médicos da rede privada para atendimento público, novos centros de especialidades médicas, fim da fila por vagas de creche, projeto Decolar e empreendedorismo nas escolas, além de ações de sustentabilidade como a frota 100% elétrica da GCM, novos pontos de entrega voluntária PEV e monitoramento ambiental feito através de satélites.***

E assim se fará novamente, atendidas as diretrizes que se seguem.

3. DIRETRIZES

O município deve ser governado, tanto quanto possível, como um Estado, ainda que tendo em conta as constrições e dependências formais (financeiras, judiciais e legais), econômicas, culturais e territoriais decorrentes de sua inserção num Estado Federativo e na União.

Um Estado é definido por seu território, por sua cultura (usos e costumes), por seu povo, por suas leis e por suas Forças Armadas, que não se aplica a Municípios, mas nestes encontra correspondentes nas polícias Civil e Militar, coadjuvadas pelas Guardas Municipais.

Compete aos governantes preservar a soberania do Estado, a integridade do território e a preservação do meio ambiente e ecossistema nele contidos, a segurança e a perenidade da sobrevivência do povo, bem como de seus usos e costumes. Manter a ordem e o respeito às leis, à liberdade, à dignidade e aos

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

direitos humanos e governar em nome do povo ciente de que todo o poder dele emana.

O ambiente do Município-Estado de São José é constituído por sua Região, pelo Estado de São Paulo, pelos demais Estados Brasileiros, pelo Brasil e por todos os demais países.

O Município-Estado é influenciado por seu ambiente, mas deve influenciá-lo também, assegurando que sua atuação se faça em seu benefício e dos demais envolvidos.

O Município-Estado deve atuar mantendo relações harmoniosas e sendo capaz de interagir eficientemente com todos os integrantes de seu ambiente, com vistas a atender interesses do município e de seus cidadãos.

O Município-Estado de São José deve pautar-se pela sintonia social, econômica, tecnológica, cultural e artística com a contemporaneidade e com os integrantes de seu ambiente, atento ao porvir e conservando seus valores como um ativo que robusteça a si mesmo e a todos de suas relações.

O Município-Estado de São José deve ser um valor em si mesmo e, tanto quanto possível e cabível, deve contribuir para que a região na qual está inserido também seja.

O conhecimento deve ser o ativo por excelência, tanto do município como de seus cidadãos, e o planejamento, o desenvolvimento socioeconômico, a competência e eficiência da Administração devem ser os estandartes do município, sem que com isso se obscureça o humanismo.

A CIDADE

A cidade deve permitir a construção e o viver de cidadãos aptos a decidir, responsabilizar-se por, e implementar a vida que desejam ter.

São atributos das cidades: a **Empregabilidade** como propiciadora da sustentabilidade para as pessoas em idade ativa; a **Habitabilidade** garantidora do bem-estar – envolta não apenas na moradia mas também fincada em pressupostos como: a simplicidade; a locomoção, a harmoniosa convivência, a segurança, o lazer, a saúde e a vida saudável; a **Investibilidade** garantidora do porvir; e a **“Visitabilidade”** como instigadora do desejo de ser conhecida –

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

juntando, aos demais atributos, a beleza e eventos cristalizadores dos valores do município.

A sustentabilidade do município e a de seus cidadãos serão buscadas pelo que carrear renda continuada e de magnitude relevante diretamente para um e para outro – trazendo inclusive, e na medida do cabível – capacidade de criar mercado adicional para atividade econômica já existente.

A iniciativa e a confiança quanto a empreender e inovar devem ser cultivadas e estimuladas por munícipes e governantes.

A Ciência, a Tecnologia, a Arte e a Cultura devem ser tidas como intrínsecas aos valores cultivados, e mantidas pelos cidadãos, seja como investimento, como meio de vida, como construção de percepções complexas e agudas no ser humano, como impulsionadoras do irrestrito desenvolvimento humano.

A cidade deve estar no campo tanto quanto este deve estar nela, indissociavelmente. Assim, não se prescinde no campo do desenvolvimento sócio-educacional-cultural-econômico que se exige na cidade. O processo que leva a esse desenvolvimento são responsabilidades compartilhadas por todos os munícipes, independentemente do benefício direto que cada um possa ter disso. O mesmo se dá com respeito à reconstituição e à preservação do ecossistema do município.

O PLANEJAMENTO O ACOMPANHAMENTO E O CONTROLE

O planejamento é a sistemática e contínua demonstração de que se tem clareza do rumo que se deseja seguir e do que se busca conseguir. Não é por si só solução, mas é necessário, especialmente porque não se pode partir do princípio que o resultado do trabalho empenhado pelo ser humano seja obra do acaso e não tenha consequências.

Planos não podem ser imutáveis, mas devem ser respeitados e executados. A lei determina a existência e a execução deles, como um dos mecanismos de governança.

A não observância do que estabelecem e as alterações necessárias devem ser acompanhadas dos esclarecimentos requeridos.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

Devem exibir a acuidade e a percepção do estratégico, tanto no seu engenho como na forma que devam ser implementados. De um plano a outro, a longo e curto prazo, deve-se exacerbar a viabilidade e do que se busca atingir.

A implementação dos planos deve cingir-se à capacidade de pagamento do município, incluindo as despesas que advierem de sua operação no curto e no médio prazos, como requer a lei.

O acompanhamento, a avaliação e o controle da implementação e operação dos planos se fará através da exposição sistemática e transparente de cada um deles, acompanhadas das avaliações qualitativas, quantitativas, resolutivas e funcionais pertinentes.

Na Gestão ora concluída, mereceu destacado realce o Controle Interno e a Transparência Com responsabilidades e conceitos de *compliance*, de acompanhamento e controle dos resultados de políticas públicas, de gestão e verificação da execução dos contratos, dos repasses ao Terceiro Setor; de análises e de propostas de alterações na padronização de procedimentos de órgãos internos, de decretos, de manuais e documentos, disciplinando o cumprimento de todas as leis e regulamentos internos aplicáveis e em caso de inconformidades legais, acompanhamento de processos, destacando-se, ainda a importância e a implantação de eficiente controle de gestão de riscos , dentre outras atividades, além de desenvolver o relacionamento com órgãos de fiscalização e controle externos.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A proatividade dos governantes para garantir o desenvolvimento econômico do Município-Estado e de seus cidadãos deve ser constante, ter amplo espectro, e ter em vista: a qualidade de mão de obra ofertada; as oportunidades emergentes de suas competências e de seu meio ambiente – incluindo aqui também a exportação de bens e serviços e a importação de produtores e práticas exógenas exitosos e adaptáveis às peculiaridades nativas, aparelhando-se competentemente para a execução eficiente desta tarefa –; a proposição de negócios atraentes, inovadores, não ingênuos, para novos, relevantes e permanentes atores de desenvolvimento econômico sem diminuir a relevância dos que nele já atuam; as variantes urbanas e rurais desse desenvolvimento; a construção e a manutenção da infraestrutura e do ambiente propício a esse desenvolvimento; o efetivo potencial do alcance estratégico das alternativas de

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

ação, quanto à consecução da sustentabilidade do município como um todo e de cada um de seus cidadãos em particular; a construção, o aprimoramento, e a administração da marca São José, repousando estas na determinação de seu povo, no respeito às individualidades de cada um de seus integrantes e de todos que compõem seus ambientes.

A melhor ajuda social é a oportunidade de trabalho, na gestão agora concluída o programa Pró Trabalho ofereceu oportunidades de qualificação e reinserção para mais de 4.500 pessoas e este tipo de ação deverá continuar e ser ampliado, ainda mais neste momento difícil em que estamos vivendo.

Visando melhorar a condição de empregabilidade dos candidatos, o programa Qualifica São José, disponibiliza cursos de capacitação para as pessoas mais necessitadas, oferecendo mais de 50 mil vagas em mais de 250 cursos de qualificação e desenvolvimento profissional.

Os mecanismos de acompanhamento, verificação de alcance de propósitos e retorno do investimento municipal – iniciando-se estes pelo que envolver subsídios – e controle devem ser implantados e coroados com transparência e permanente divulgação de andamentos, resultados e avaliações do que tenha sido atingido em cada caso específico.

Nos cenários com os quais se defronta no médio prazo, as duas ações estratégicas mais prementes, como já mencionado, são a **empregabilidade** e o **desenvolvimento econômico**. Como corolário destas, e tão urgente quanto, vem o **desenvolvimento do Capital Humano do Município**. Estas devem ser as preocupações de primeira hora, sem que se descuide da atenção com demandas mais urgentes e perenes do mercado, seja no que tange à produção de bens e serviços ou seja no que toca à mão de obra. Em ambos os casos se exibem diversas alternativas neste momento VUCA, mas a economia do conhecimento aliada à necessidade de prover a sustentabilidade do Município são, certamente, parâmetros seguros para orientar as decisões que deverão ser tomadas.

Vale lembrar que o fortalecimento de iniciativas como as do Parque Tecnológico e da Startup São José instalada na “Casa do Café têm maturidade suficiente para dar impulso inicial a essas urgências.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

A MOBILIDADE URBANA

Na gestão agora concluída várias obras de mobilidade urbana foram implementadas, mudando a vida das pessoas em todos os modais, tais como: Via Cambuí, prolongamento da Via Oeste, alargamento da Av. Lineu de Moura, novo acesso do viaduto Santa Inês, nova rotatória da estrada velha x Av. Imperador, Ligação da Av. Evangélicos x Av. Salinas, nova ponte Maria Peregrina, modernização da ponte Minas Gerais, implantação de lombos, faixas, interligação e ampliação das ciclovias, Túnel do gás e a ponte Estaiada – Arco da Inovação.

Para se compreender a mobilidade urbana é preciso antes compreender as necessidades das pessoas. Vivemos em um novo tempo, com o perfil de uma nova sociedade em constante transformação.

A constante atualização digital nos coloca dentro de uma nova visão de articulações públicas, a qual busca soluções em mobilidade junto à sociedade por meio de uma visão sistêmica e novas formas de atendimento das necessidades da população, interligando secretarias, cidadãos, empreendedores, empresas, universidades e outras. Cada vez mais se deve pensar na cidade e adjacências como um todo.

Indiscutivelmente, a maior solução é investir em recursos sustentáveis e transportes de massa e a interligação dos modais, proposta essa mais viável a médio e longo prazos, pois deverá ser considerado no contexto de uma cidade contemporânea.

Aumentar as possibilidades, sem eliminar os espaços físicos, criar e incentivar o uso de vários modais (bicicleta, ônibus, VLP, taxi, serviços compartilhados, pedestres e outros), assim como foi realizado ao longo da gestão que se encerra através da regulamentação do transporte compartilhado e do compartilhamento de bicicletas, de forma a se ter menos carros nas ruas e maior mobilidade urbana.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

A EDUCAÇÃO E A CULTURA

Após o período de pandemia de COVID-19 o maior desafio para administração pública será a educação, durante um longo período nossas crianças e jovens tiveram que conviver com uma nova forma de aprendizado, as características individuais de cada um transformaram o aprendizado escolar em uma experiência heterogênea com resultados ainda mais disparees do que aquele aprendizado tradicional dentro da sala de aula, caberá ao poder público criar os instrumentos necessários para minimizar este impacto negativo no futuro de nossas crianças, através de atividades complementares para recuperação do conteúdo educacional.

Os cidadãos em particular e a sociedade em geral, devem apropriar-se da educação, da cultura e do conhecimento como seu bem maior, enaltecer e exaltar as conquistas de seus integrantes, individuais ou coletivas.

O desempenho do sistema educacional terá como paradigma a performance esperada dos alunos, para que o município avance decididamente no sentido do desenvolvimento econômico e social requeridos, sem que se perca de vista a construção da competência para a busca da capacidade de escolher o próprio destino.

A performance almejada será parametrizada em conformidade com a alcançada pelos alunos que integram sistemas educacionais mais exitosos, para cada um dos anos que integram os ciclos educacionais, de forma a se ter claramente a evolução ou não no sentido desejado e que permitam que providências de correções possam ser tomadas tempestivamente.

O sistema educacional estadual deverá ser instado a buscar o mesmo desempenho requerido do sistema municipal e o resultado, quando alcançado, também deverá ser reconhecido, tendo como mínimas as condicionantes estabelecidas para a rede municipal – atenção especial deverá merecer a performance requerida para o ensino médio;

O espectro do ensino técnico disponível no município deve ser ampliado e a atualização do que existe perseguida, numa ação incisiva da busca da empregabilidade e na construção de ambiente propício ao investimento.

O ensino superior também deve ser ampliado atentando-se especialmente para às necessidades do mercado, privilegiando em todos os casos a excelência

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

As atividades culturais, em suas várias vertentes, devem ser tidas como principais veículos para o desenvolvimento de percepções mais complexas e iluminantes, insuflando o esmero e a criatividade em todos os níveis de conhecimento e sócio - econômicos

A GESTÃO PÚBLICA E SEUS RECURSOS HUMANOS

A Gestão Pública deve exibir obstinada competência na administração do interesse dos munícipes, com uma permanente e exemplar atitude dos Poderes focada em tais propósitos, ostentando eficiência, eficácia, ética, valores democráticos, morais e maduros na condução de suas incumbências recíprocas. A qualificação da mão de obra, em todos os níveis, e a tecnologia são os fundamentos do êxito quanto a estes objetivos e os concursos públicos frequentes os principais meios para alcançá-los

Quanto ao Executivo, paradigmas de desempenho Institucional, para o todo e suas partes, devem ser buscados ou criados e perseguidos, e o nexos funcional da instituição deve poder ser prontamente constatado,

As inúmeras, e por vezes complexas, inter-relações das atividades de prestação de serviços públicos, e os próprios serviços, devem transmutar-se em interações de fácil acesso, simples, lógicas e eficientes para os munícipes ou usuários desses serviços, tarefas para as quais o concurso da tecnologia deve ser enfaticamente empregado.

Para que a sustentabilidade do Município seja preservada e protegida contra passivos previdenciários impagáveis, o quadro de servidores não deve exceder ao realmente necessário, e concentrado no que for o cerne do domínio e controle dos serviços a serem prestados e assegurados à população.

As competências para planejar, projetar, especificar, comprar, acompanhar, avaliar e controlar a execução e/ou fornecimento – tanto quanto as concernentes às especificações e às constatações de atributos de idoneidade, experiência, competência e eficiência de fornecedores – devem, a bem do serviço público, se conduzir e se conduzam de forma a garantir o cumprimento de contratos e do fornecimento correto dos bens e serviços adquiridos

Os contratos de gestão, as parcerias e os termos de colaboração de fomento e de cooperação devem fundamentar-se, como exigem as leis, em objetivos e

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

metas estabelecidos com clareza e explicito nexos causal com os propósitos almejados; os indicadores da conformidade do andamento dos trabalhos e da consecução dos alvos intentados devem ser claros, facilmente verificáveis e ter estrita correlação com tais alvos.

As parcerias devem ser cristalizadas, objetiva e concretamente, no mais das vezes, em factíveis compromissos de captação de recursos para cobrir despesas com o que estiver sendo contratado.

O servidor público, como administrador dos interesses de terceiros que é, e detentor do conhecimento de políticas públicas e da maestria em ciências, técnicas e práticas do que lhe é mister, também deverá estar apto a ter a iniciativa e a interagir para buscar conhecimentos e atores, em outros lugares do país e do exterior, para atender aos interesses do município e de seus munícipes; e o reconhecimento por todas essas performances deve ser mostrado, dentro das possibilidades desses munícipes.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O desenvolvimento social inicia-se pela certeza que os munícipes devem ter de que seus concidadãos – já cientes, ou conscientizados, de suas responsabilidades e corresponsabilidades consigo mesmos, com os demais, e para com o Município – tenham suas necessidades básicas atendidas e, dentro do que seja possível, incluindo as dos recém chegados; prossegue, alicerçado pelas mesmas premissas, com a educação , com a saúde , com a empregabilidade e tudo o mais que advenha dos atributos da Urbe , do conhecimento e da conquista da capacidade e competência para dar à própria vida o destino que se deseje.

Os adolescentes e os idosos requerem, no contexto do item anterior, atenção particular. Os primeiros porque ainda encontram-se em fase de construção do ser, com carências físicas e emocionais que se espraiam pelo esporte, pelo lazer, pela convivência, pela ocupação, por respostas e conhecimentos ansiados; os idosos porque sobrepujam antigos limites do viver e, sem poder competir com os mais novos , mantêm as necessidades da empregabilidade, seja para o próprio sustento, seja para estender a saúde física e mental e, também, de novos lares, novas convivências e viveres – necessidades estas que se adicionam às já conhecidas e típicas da terceira idade.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

O desenvolvimento social só se completa, entretanto, pelo reconhecimento de que tudo isto não é suficiente, e especificidades como assistência social, discriminações, minorias, famílias socialmente incapazes, menores desamparados, uso de drogas etc devem ser resolutamente abordadas, para que os sustentáculos do conjunto não se esvaeçam, com consequente derrocada do todo.

A SAÚDE

Moradia, saneamento, esportes, lazer e qualidade de vida, também dizem respeito à saúde – tanto a do corpo como a do espírito, especialmente no que tange à prevenção de doenças;

Assim, as ações específicas prementes dizem respeito:

a) À gestão, especialmente no que tange à:

- otimização de processos e procedimentos, inclusive dos focados na presteza do atendimento e, em particular, no benfazejo acolhimento do usuário;
- consecução de desempenho e performance especificados, de seu reconhecimento e recompensas na medida da resolutividade e proficiência do serviço prestado e disponibilidades do contribuinte;
- utilização e compartilhamento de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos;
- demanda por serviços e medicamentos

b) Ao aumento do foco na busca da percepção holística da individualidade e necessidades do paciente; e,

c) À intensificação de esforços na busca de recursos financeiros adicionais que podem advir, inclusive, de parcerias nas quais isto seja enfatizado.

DIRETRIZES DO PLANO DE GESTÃO DA COLIGAÇÃO “ São José na Direção Certa”

SEGURANÇA

Ao longo da gestão que se encerra todos os indicadores voltados à segurança pública melhoraram, com a implementação dos portais eletrônicos de segurança, novas câmeras com inteligência, iluminação de LED, modernização da Guarda Civil Municipal e o Programa São José Unida entre outras ações.

Vista em si mesma, uma vez que o atual desenvolvimento social alcançado pelo município já é um dos maiores do País, mas está numa das Regiões mais violentas do Estado, a segurança pessoal e patrimonial do munícipe está estreitamente dependente da atuação concatenada dos governantes Estadual e Municipal e de seus mútuos propósitos.

A atuação estratégica, coordenada e uníssona das Forças Estaduais, Federais e da Guarda Municipal é imperativa e deve ser suportada por ações de inteligência estratégica e operacional, através do fortalecimento do programa São José Unida, implementado nesta gestão.

O incentivo tático à participação extra da Polícia Militar e Polícia Civil no policiamento deve ser prioritário, com a permanência e ampliação da atividade delegada.

O aumento do efetivo policial estadual atuando no município é imprescindível, tanto quanto seu aparelhamento deve ser qualitativa e quantitativamente consentâneo com o estado da arte da tecnologia atual.

A segurança no campo merece a mesma atenção que lhe é dada na cidade, e a tecnologia será grande aliada nessa conquista

O tráfico de drogas e seu contingente fragilizam a sociedade e devem ser focos prioritários da atuação das forças de segurança.

O Município também deve focar-se na coibição de pequenas infrações, em especial na perturbação do sossego público, utilizando a tecnologia e participação ativa da sociedade.